

JUCESP

11

**INSTRUMENTO PARTICULAR
DE 8ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CONTIPLAN INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA. EPP**

CNPJ. 02.290.545/0001-05

OS SIGNATÁRIOS DESTES INSTRUMENTO:

MARCOS TOMITA, BRASILEIRO, MAIOR, CASADO EM REGIME PARCIAL DE BENS, COMERCIANTE, RESIDENTE E DOMICILIADO À RUA GUAÍRA Nº 51 – APT. 113, BOSQUE DA SAÚDE, CEP. 04142-020, CAPITAL – SP, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG. Nº. 11.900.605-4 (SSP/SP, EXPEDIDA EM 27/05/1996) E CPF. Nº. 132.895.998-84; E

JORGE LUIS DA SILVA, BRASILEIRO, CASADO SOB O REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, EMPRESÁRIO, RESIDENTE E DOMICILIADO À RUA RIBEIRÃO BONITO Nº 515, IPIRANGA, CEP. 04286-130, CAPITAL – SP, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE R.G. Nº. 12.919.325-2 (SSP/SP, EXPEDIDA EM 14/09/2006) E C.P.F. Nº. 083.608.978-24,

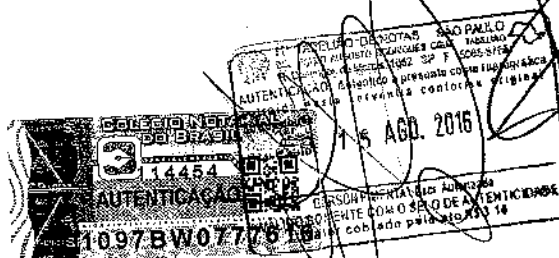
ÚNICOS SÓCIOS COMPONENTES E POSSUIDORES DA TOTALIDADE DAS QUOTAS SOCIAIS DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA DE FORMA LIMITADA, QUE NESTA PRAÇA GIRA SOB A DENOMINAÇÃO SOCIAL DE **CONTIPLAN INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA. EPP.**, COM SEDE À RUA FRANCISCO HURTADO Nº 431 – 1º ANDAR, BAIRRO ÁGUA FUNDA, CEP. 04156-040, CAPITAL – SP, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº. 02.290.545/0001-05, CUJOS ATOS CONSTITUTIVOS FORAM DEVIDAMENTE REGISTRADOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (JUCESP) SOB NIRE Nº 35.214.894.231 EM SESSÃO DE 18/12/1.997 E POSTERIORES ALTERAÇÕES, RESOLVEM DE COMUM ACORDO E NA MELHOR FORMA DE DIREITO **ALTERAR E CONSOLIDAR** O MENCIONADO CONTRATO SOCIAL, MEDIANTE CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

I. DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO:

ALTERA-SE O ENDEREÇO DA SOCIEDADE, QUE DE AGORA EM DIANTE PASSA A SER: RUA FRANCISCO HURTADO Nº 431, BAIRRO ÁGUA FUNDA, CEP. 04156-040, CAPITAL – SP

II. DA ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO DOS SÓCIOS :

É CERTO QUE O SÓCIO **MARCOS TOMITA**, ALTERA SEU ENDEREÇO RESIDENCIAL DA RUA JOÃO MAFRA Nº. 390, APART. 92, VILA BRASILIO MACHADO, CEP. 04288-000, CAPITAL – SP, PARA O



ENDEREÇO ATUAL: RUA GUAÍRA Nº 51 – APTO. 113, BOSQUE DA SAÚDE, CEP. 04142-020, CAPITAL – SP.;

É CERTO QUE O SÓCIO JORGE LUIS DA SILVA, ALTERA SEU ENDEREÇO RESIDENCIAL DA AVENIDA RAMALHO ORTIGÃO Nº 374 – APTO. 122, VILA GUMERCINDO, CAPITAL – SP, PARA O ENDEREÇO ATUAL: RUA RIBEIRÃO BONITO Nº 515, IPIRANGA, CEP. 04286-130, CAPITAL – SP.

III. DO OBJETIVO SOCIAL:

ALTERA-SE O OBJETIVO SOCIAL DA EMPRESA, QUE DE AGORA EM DIANTE PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

- IMPRESSÃO DE FORMULÁRIOS DE SEGURANÇA EM GERAL (CNAE 1812-1/00);
- IMPRESSÃO DE RÓTULOS, ADESIVOS E ETIQUETAS (CNAE 1741-9/02)
- IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO INDUSTRIAL, COMERCIAL E PUBLICITÁRIO – SOB ENCOMENDA (CNAE 1813-0/99);
- COMÉRCIO DE MATERIAIS GRÁFICOS DIVERSOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (CNAE 4751-2/01)
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERSONALIZAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E CODIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS E DADOS VARIÁVEIS, SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E CONSULTORIA EM SISTEMAS, SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO EM GERAL (CNAE 8219-9/99)

IV. DA ADMISSÃO DE SÓCIO:

É ADMITIDA NA SOCIEDADE NA QUALIDADE E SÓCIA QUOTISTA, A SRA. ELIANE MORELATO TOMITA, BRASILEIRA, MAIOR, NASCIDA EM 22/06/1971, CASADA EM REGIME PARCIAL DE BENS, EMPRESÁRIA, RESIDENTE E DOMICILIADA RUA GUAÍRA Nº 51 – APTO. 113, BOSQUE DA SAÚDE, CEP. 04142-020, CAPITAL – SP, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG. Nº. 21.115.837-9 (SSP/SP, EXPEDIDA EM 15/06/2000) E CPF. Nº. 153.588.558-07.

V. DA CESSÃO DE QUOTAS:

O SÓCIO MARCOS TOMITA, DETENTOR E POSSUIDOR DE 50,00% (CINQUENTA POR CENTO) DA TOTALIDADE DAS QUOTAS SOCIAIS DA SOCIEDADE, VALOR IGUAL A 30.000 (TRINTA MIL) QUOTAS DE CAPITAL, NO VALOR NOMINAL DE R\$ 1,00 (HUM REAL) CADA UMA, PERFAZENDO O TOTAL DE R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS), CEDE E TRANSFERE, COMO DE FATO CEDIDO E TRANSFERIDO ESTÁ, PARTE DA TOTALIDADE DE SUAS QUOTAS, VALOR IGUAL A 2.700 (DUAS MIL E SETENTAS) QUOTAS DE CAPITAL, NO IMPORTE TOTAL DE R\$ 2.700,00



(DOIS MIL E SETECENTOS REAIS), À SÓCIA ADMITIDA **ELIANE MORELATO TOMITA**, JÁ QAUIFICADA, DE QUEM RECEBE NESTE ATO A MESMA IMPORTÂNCIA EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS, DANDO A MAIS AMPLA, PLENA, GERAL E IRREVOGÁVEL QUITAÇÃO, PARA NADA MAIS RECEBER OU RECLAMAR, POR SI OU SEUS HERDEIROS, NO PRESENTE OU NO FUTURO.

O SÓCIO **JORGE LUIS DA SILVA**, DETENTOR E POSSUIDOR DE 50,00% (CINQUENTA POR CENTO) DA TOTALIDADE DAS QUOTAS SOCIAS DA SOCIEDADE, VALOR IGUAL A 30.000 (TRINTA MIL) QUOTAS DE CAPITAL, NO VALOR NOMINAL DE R\$ 1,00 (HUM REAL) CADA UMA, PERFAZENDO O TOTAL DE R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS), **CEDE E TRANSFERE**, COMO DE FATO CEDIDO E TRANSFERIDO ESTÁ, PARTE DA TOTALIDADE DE SUAS QUOTAS, VALOR IGUAL A 2.700 (DUAS MIL E SETENTAS) QUOTAS DE CAPITAL, NO IMPORTE TOTAL DE R\$ 2.700,00 (DOIS MIL E SETECENTOS REAIS), À SÓCIA ADMITIDA **ELIANE MORELATO TOMITA**, JÁ QAUIFICADA, DE QUEM RECEBE NESTE ATO A MESMA IMPORTÂNCIA EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS, DANDO A MAIS AMPLA, PLENA, GERAL E IRREVOGÁVEL QUITAÇÃO, PARA NADA MAIS RECEBER OU RECLAMAR, POR SI OU SEUS HERDEIROS, NO PRESENTE OU NO FUTURO.

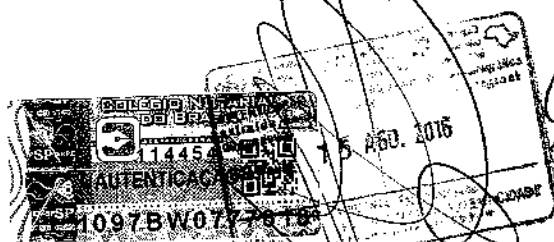
VI. DA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL:

O CAPITAL SOCIAL QUE É DE R\$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS), DIVIDIDOS EM 60.000 (SESSENTA MIL) COTAS DE CAPITAL NO VALOR NOMINAL DE R\$ 1,00 (HUM REAL) CADA UMA, TOTALMENTE SUBSCRITO E INTEGRALIZADO, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, FICA ASSIM DISTRIBUÍDO AOS SÓCIOS COMO SEGUE:

<u>SÓCIOS</u>	<u>QUOTAS</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
MARCOS TOMITA	27.300	27.300,00	45,50
JORGE LUIS DA SILVA	27.300	27.300,00	45,50
ELIANE MORELATO TOMITA	5.400	5.400,00	9,00
TOTAL.....	60.000	60.000,00	100,00

VII. DA ELEVAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL:

O CAPITAL SOCIAL QUE É DE R\$ 60.000,00 (TRINTA MIL REAIS), DIVIDIDOS EM 60.000 (SESSENTA MIL) COTAS DE CAPITAL NO VALOR NOMINAL DE R\$ 1,00 (HUM REAL) CADA UMA, TOTALMENTE SUBSCRITO E INTEGRALIZADO, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, É **ELEVADO** PARA R\$ 110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS), CUJO AUMENTO É TOTALMENTE SUBSCRITO



E INTEGRALIZADO, NESTE ATO, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DISTRIBUÍDOS AOS SÓCIOS COMO SEGUE:

SÓCIOS	QUOTAS	R\$	%
MARCOS TOMITA	50.050	50.050,00	45,50
JORGE LUIS DA SILVA	50.050	50.050,00	45,50
ELIANE MORELATO TOMITA	9.900	9.900,00	9,00
TOTAL.....	110.000	110.000,00	100,00

PARÁGRAFO ÚNICO: A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS É RESTRITA AO VALOR DE SUAS COTAS SOCIAIS, MAS TODOS RESPONDEM SOLIDARIAMENTE PELA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 1.052 DA LEI Nº 10.406/2002.

VIII. DA ADMINISTRAÇÃO:

A ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE É EXERCIDA POR **TODOS OS SÓCIOS**, JÁ QUALIFICADOS, COM PODERES BASTANTES PARA ADMINISTRAR E REPRESENTAR A SOCIEDADE JUDICIAL E EXTRAJUDICIALMENTE **EM CONJUNTO OU INDIVIDUALMENTE**, COMPETIDO-LHE O USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL EM TODOS OS ATOS QUE DIGAM RESPEITO AOS NEGÓCIOS E INTERESSES SOCIAIS, INCLUSIVE PRESTAÇÃO DE GARANTIAS REAIS, BEM COMO, PARA EFEITO DE TODA E QUALQUER MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA.

§ 1º - NO CASO DO USO DA ASSINATURA OU COMPROMISSO COM A SÓCIA **ELIANE MORELATO TOMITA**, SEMPRE HAVERÁ A NECESSIDADE DE ASSINATURA EM CONJUNTO COM QUALQUER UM DOS OUTROS SÓCIOS.

§ 2º - OS SÓCIOS PODEM CONSTITUIR PROCURADORES COM PODERES ESPECÍFICOS PARA REPRESENTÁ-LOS NA SOCIEDADE, PARA ADMINISTRAR E/OU DEFENDER A PRÁTICA DE ATOS NECESSÁRIOS À CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS SOCIAIS NA DEFESA DOS BENS E INTERESSE DA SOCIEDADE.

§ 3º - É VEDADO AOS SÓCIOS E AOS PROCURADORES O USO DA SOCIEDADE EM NEGÓCIOS ALHEIOS AOS FINS SOCIAIS, COMO: ABONO, ACEITE, AVAL, ENDOSSO E OUTROS COMPROMISSOS EM NOME DA SOCIEDADE, EM BENEFÍCIO DOS SÓCIOS, DOS PROCURADORES E DE TERCEIROS EM PREJUÍZO DA SOCIEDADE.

§ 4º - O SÓCIO E/OU PROCURADOR QUE NÃO ACATAR AS RESTRIÇÕES CONTIDAS NO PARÁGRAFO SEGUNDO FICARÁ INDIVIDUALMENTE RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DO COMPROMISSO ASSUMIDO EM NOME DA SOCIEDADE, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES CABÍVEIS.



§ 5º - O SÓCIO QUE PARTICIPAR ATIVAMENTE NA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE FARÁ JUS A UMA RETIRADA MENSAL A TÍTULO DE **PRÓ-LABORE** A SER FIXADA ANUALMENTE PELO CONSELHO UNÂNIME DOS SÓCIOS, CUJA IMPORTÂNCIA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA, SERÁ CONTABILIZADA COMO DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE.

§ 6º - A **ADMINISTRADORA ADMITIDA** DECLARA SOB AS PENAS DA LEI, QUE NÃO ESTÁ IMPEDIDA DE EXERCER A ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE, POR LEI ESPECIAL, OU EM VIRTUDE DE CONDENÇÃO CRIMINAL, OU POR SE ENCONTRAR SOB OS EFEITOS DELA, A PENA QUE VEDE, AINDA QUE TEMPORARIAMENTE, O ACESSO A CARGOS PÚBLICOS; OU POR CRIME FALIMENTAR, DE PREVARICAÇÃO, PEITA OU SUBORNO, CONCUSSÃO, PECULATO, OU CONTRA A ECONOMIA POPULAR, CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, CONTRA NORMAS DE DEFESA DE CONCORRÊNCIA, CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO, FÉ PÚBLICA, OU A PROPRIEDADE (ART. 1011, CC/2002).

IX. DO CONSOLIDADO:

EM RAZÃO DAS ALTERAÇÕES OCORRIDAS ATÉ A PRESENTE DATA, RESOLVEM OS SENHORES SÓCIOS ADEQUAR AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS, **CONSOLIDANDO O CONTRATO SOCIETÁRIO**, O QUAL PASSARÁ A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

CONSOLIDAÇÃO

MARCOS TOMITA, BRASILEIRO, MAIOR, CASADO EM REGIME PARCIAL DE BENS, COMERCIANTE, , RESIDENTE E DOMICILIADO À RUA GUAÍRA Nº 51 – APT. 113, BOSQUE DA SAÚDE, CEP. 04142-020, CAPITAL – SP, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG. Nº. 11.900.605-4 (SSP/SP, EXPEDIDA EM 27/05/1996) E CPF. Nº. 132.895.998-84; E

JORGE LUIS DA SILVA, BRASILEIRO, CASADO SOB O REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, EMPRESÁRIO, RESIDENTE E DOMICILIADO À RUA RIBEIRÃO BONITO Nº 515, IPIRANGA, CEP. 04286-130, CAPITAL – SP, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE R.G. Nº. 12.919.325-2 (SSP/SP, EXPEDIDA EM 14/09/2006) E C.P.F. Nº. 083.608.978-24,

ELIANE MORELATO TOMITA, BRASILEIRA, MAIOR, NASCIDA EM 22/06/1971, CASADA EM REGIME PARCIAL DE BENS, EMPRESÁRIA, RESIDENTE E DOMICILIADA RUA GUAÍRA Nº 51 – APT. 113, BOSQUE DA SAÚDE, CEP. 04142-020, CAPITAL – SP, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG. Nº. 21.115.837-9 (SSP/SP, EXPEDIDA EM 15/06/2000) E CPF. Nº. 153.588.558-07,



ÚNICOS SÓCIOS DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA DE FORMA LIMITADA, QUE REGER-SE-Á PELAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTES, CONFORME LEI Nº. 10.406 DE 10/01/2.002 (CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO):

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO, PRAZO E FORO.

CLÁUSULA I

A SOCIEDADE EMPRESÁRIA CONTINUARÁ A GIRAR SOB A DENOMINAÇÃO SOCIAL DE **CONTIPLAN INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA. EPP.**, COM SEDE À **RUA FRANCISCO HURTADO Nº 431, BAIRRO ÁGUA FUNDA, CEP. 04156-040, CAPITAL - SP**, PODENDO ABRIR E FECHAR FILIAIS, DEPÓSITOS E ESCRITÓRIOS EM QUALQUER PARTE DO PAÍS E NO EXTERIOR, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

CLÁUSULA II

A SOCIEDADE, EM SEU TODO, TEM POR OBJETIVO SOCIAL A EXPLORAÇÃO DO RAMO DE:

- IMPRESSÃO DE FORMULÁRIOS DE SEGURANÇA EM GERAL (CNAE 1812-1/00);
- IMPRESSÃO DE RÓTULOS, ADESIVOS E ETIQUETAS (CNAE 1741-9/02)
- IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO INDUSTRIAL, COMERCIAL E PUBLICITÁRIO – SOB ENCOMENDA (CNAE 1813-0/99);
- COMÉRCIO DE MATERIAIS GRÁFICOS DIVERSOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (CNAE 4751-2/01)
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERSONALIZAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E CODIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS E DADOS VARIÁVEIS, SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E CONSULTORIA EM SISTEMAS, SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO EM GERAL (CNAE 8219-9/99)

CLÁUSULA III

O PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE É DE **TEMPO INDETERMINADO** E O INÍCIO DAS OPERAÇÕES SOCIAIS, PARA TODOS OS EFEITOS, É O DA DATA DO REGISTRO DO INSTRUMENTO CONSTITUTIVO EM **18 DE DEZEMBRO DE 1.997**.



CLÁUSULA IV

OS SÓCIOS ELEGEM COM EXCLUSIVIDADE O FORO DA COMARCA DA CIDADE SEDE DA SOCIEDADE, PARA QUAISQUER AÇÕES FUNDADAS NO PRESENTE CONTRATO, POR MAIS PRIVILEGIADO QUE SEJA OUTRO.

CAPITAL, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO.

CLÁUSULA V

O CAPITAL SOCIAL É DE R\$ 110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS), DIVIDIDOS EM 110.000 (CENTO E DEZ MIL) COTAS NO VALOR NOMINAL DE R\$ 1,00 (HUM REAL) CADA UMA.

CLÁUSULA VI

AS COTAS DO CAPITAL SOCIAL SÃO SUBSCRITAS E INTEGRALIZADAS PELOS SÓCIOS EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS, DA SEGUINTE FORMA:

<u>SÓCIOS</u>	<u>QUOTAS</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
MARCOS TOMITA	50.050	50.050,00	45,50
JORGE LUIS DA SILVA	50.050	50.050,00	45,50
ELIANE MORELATO TOMITA	9.900	9.900,00	9,00
TOTAL.....	110.000	110.000,00	100,00

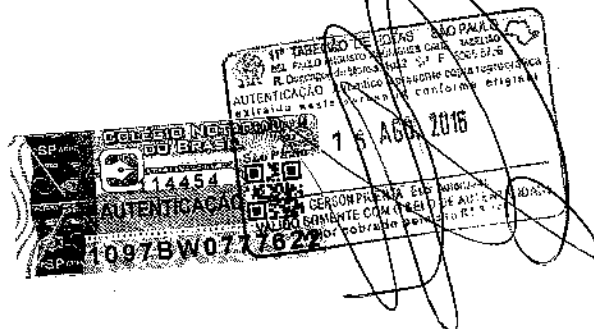
DIVISÃO DAS COTAS, RESPONSABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO.

CLÁUSULA VII

AS COTAS DA SOCIEDADE SÃO INDIVISÍVEIS E NÃO PODERÃO SER CEDIDAS OU TRANSFERIDAS PELOS SÓCIOS, SOB QUALQUER TÍTULO OU PRETEXTO A TERCEIROS ESTRANHOS À SOCIEDADE, SEM O EXPRESSO CONSENTIMENTO DOS SÓCIOS POR ESCRITO, OS QUAIS TEM EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES E NA PROPORÇÃO DAS COTAS DE CAPITAL DE CADA UM O DIREITO DE PREFERÊNCIA AO SÓCIO QUE QUEIRA ADQUIRÍ-LAS.

CLÁUSULA VIII

A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS É RESTRITA AO VALOR DE SUAS COTAS SOCIAIS, MAS TODOS RESPONDEM SOLIDARIAMENTE PELA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 1.052 DA LEI Nº 10.406/2002.



CLÁUSULA IX

A ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE É EXERCIDA POR TODOS OS SÓCIOS, JÁ QUALIFICADOS, COM PODERES BASTANTES PARA ADMINISTRAR E REPRESENTAR A SOCIEDADE JUDICIAL E EXTRAJUDICIALMENTE EM CONJUNTO OU INDIVIDUALMENTE, COMPETINDO-LHE O USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL EM TODOS OS ATOS QUE DIGAM RESPEITO AOS NEGÓCIOS E INTERESSES SOCIAIS, INCLUSIVE PRESTAÇÃO DE GARANTIAS REAIS, BEM COMO, PARA EFEITO DE TODA E QUALQUER MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA.

§ 1º - NO CASO DO USO DA ASSINATURA OU COMPROMISSO COM A SÓCIA ELIANE MORELATO TOMITA, SEMPRE HAVERÁ A NECESSIDADE DE ASSINATURA EM CONJUNTO COM QUALQUER UM DOS OUTROS SÓCIOS.

§ 2º - OS SÓCIOS PODEM CONSTITUIR PROCURADORES COM PODERES ESPECÍFICOS PARA REPRESENTÁ-LOS NA SOCIEDADE, PARA ADMINISTRAR E/OU DEFENDER A PRÁTICA DE ATOS NECESSÁRIOS À CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS SOCIAIS NA DEFESA DOS BENS E INTERESSE DA SOCIEDADE.

§ 3º - É VEDADO AOS SÓCIOS E AOS PROCURADORES O USO DA SOCIEDADE EM NEGÓCIOS ALHEIOS AOS FINS SOCIAIS, COMO: ABONO, ACEITE, AVAL, ENDOSSO E OUTROS COMPROMISSOS EM NOME DA SOCIEDADE, EM BENEFÍCIO DOS SÓCIOS, DOS PROCURADORES E DE TERCEIROS EM PREJUÍZO DA SOCIEDADE.

§ 4º - O SÓCIO E/OU PROCURADOR QUE NÃO ACATAR AS RESTRIÇÕES CONTIDAS NO PARÁGRAFO SEGUNDO FICARÁ INDIVIDUALMENTE RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DO COMPROMISSO ASSUMIDO EM NOME DA SOCIEDADE, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES CABÍVEIS.

§ 5º - O SÓCIO QUE PARTICIPAR ATIVAMENTE NA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE FARÁ JUS A UMA RETIRADA MENSAL A TÍTULO DE PRÓ-LABORE A SER FIXADA ANUALMENTE PELO CONSELHO UNÂNIME DOS SÓCIOS, CUJA IMPORTÂNCIA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA, SERÁ CONTABILIZADA COMO DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE.

EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO, LUCROS, PERDAS E CONSELHO FISCAL.

CLÁUSULA X

O EXERCÍCIO SOCIAL COINCIDE COM O ANO CIVIL. EM 31 DE DEZEMBRO SERÁ LEVANTADO O BALANÇO GERAL COM DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO, CUJO RESULTADO LÍQUIDO APURADO SERÁ PARTILHADO ENTRE OS SÓCIOS DA FORMA ABAIXO DESCRITA, FICANDO DISPENSADO DE PUBLICAÇÃO:

1º. - HAVENDO LUCRO, O VALOR LÍQUIDO SERÁ DISTRIBUÍDO ENTRE OS SÓCIOS NA PROPORÇÃO DE SUAS QUOTAS;



2º - HAVENDO PREJUÍZO, O VALOR LÍQUIDO SERÁ SUPOSTO PELOS SÓCIOS NA PROPORÇÃO DE SUAS QUOTAS;
CONSELHO FISCAL - A SOCIEDADE NÃO TEM CONSELHO FISCAL E NÃO REALIZA ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS. COMPETE AOS SÓCIOS DECIDIR SOBRE OS NEGÓCIOS DA SOCIEDADE, AS DELIBERAÇÕES TOMADAS POR MAIORIA DE VOTOS, CONTADOS SEGUNDO O VALOR DA COTAS DE CAPITAL DE CADA UM, CONFORME DETERMINA O ART. 1.010 DA LEI Nº 10.406/2002.

§ 1º - PARA FORMAÇÃO DA MAIORIA ABSOLUTA SÃO NECESSÁRIOS VOTOS CORRESPONDENTE A MAIS DA METADE DO CAPITAL.

§ 2º - PREVALECE A DECISÃO SUFRAGADA POR MAIORIA DO NÚMERO DE SÓCIOS NO CASO DE EMPATE, E, SE ESTE PREVALECER, DECIDIRÁ O JUIZ.

3º - FICA A SOCIEDADE DISPENSADA DA OBRIGAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO BALANÇO.

A RETIRADA OU SUCESSÃO DE SÓCIOS

CLÁUSULA XI

NA EVENTUAL NECESSIDADE DE QUALQUER CATEGORIA DE SÓCIOS PRECISAR RETIRAR-SE DA SOCIEDADE POR MOTIVO DE FALECIMENTO, FALÊNCIA, IMPEDIMENTO OU DE LIVRE E ESPONTÂNEA VONTADE, A SOCIEDADE NÃO ACARRETARÁ A DISSOLUÇÃO, A QUAL CONTINUARÁ SUAS ATIVIDADES NORMAIS COM O SÓCIO REMANESCENTE E SUCESSOR, MEDIANTE ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL, INDICANDO O EVENTO E REGISTRADO NO ÓRGÃO COMPETENTE, EM 30 (TRINTA) DIAS DA DATA DA ALTERAÇÃO.

§ 1º - EM CASO DE FALECIMENTO DE UM DOS SÓCIOS, AOS HERDEIROS MAIORES, FICA ASSEGURADO O DIREITO DE SUBSTITUI-LO SE ASSIM O DESEJAREM, RESSALVANDO-SE, ENTRETANTO, QUE SOMENTE UM DOS HERDEIROS APTOS PODERÁ SER INCLUÍDO NA SOCIEDADE;

§ 2º - INEXISTINDO HERDEIROS MAIORES OU, CASO OS SUCESSORES NÃO TENHAM INTERESSE EM CONTINUAR NA SOCIEDADE, DEVERÃO, NA FORMA DA LEI E DENTRO DO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DO ÓBITO, MANIFESTAR EXPRESSAMENTE O INTERESSE DE APURAREM SEUS HAVERES SOCIAIS;

§ 3º - PARA QUALQUER MOTIVO QUE SEJA PARA A SAÍDA DE SÓCIO DA SOCIEDADE, SEJA ELE FUNDADOR, SUCESSOR E/OU HERDEIRO, SEUS HAVERES SOCIAIS SERÃO APURADOS EM BALANÇO GERAL ESPECIAL COM DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO, A SER LEVANTADO EM 30 (TRINTA) DIAS DA DATA DA COMUNICAÇÃO, E SE FOR DO INTERESSE DA SOCIEDADE OU DOS SÓCIOS REMANESCENTES, O VALOR APURADO SERÁ PAGO NA FORMA E CONDIÇÕES DA CLÁUSULA 13ª;



§ 4º - A RETIRADA, EXCLUSÃO OU MORTE DO SÓCIO NÃO O EXIME, OU A SEUS HERDEIROS, DA RESPONSABILIDADE PELAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS ANTERIORES, ATÉ DOIS ANOS APÓS AVERBADA A RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE; NEM NOS DOIS PRIMEIROS CASOS, PELAS POSTERIORES E EM QUAL PRAZO, ENQUANTO NÃO SE REQUERER A AVERBAÇÃO.

CLÁUSULA XII

O SÓCIO RETIRANTE TEM O DEVER DE COMUNICAR E OFERECER POR ESCRITO SUAS COTAS E HAVERES NA SOCIEDADE AOS SÓCIOS REMANESCENTES, NO PRAZO MÍNIMO DE 60 (SESENTA) DIAS DE ANTECEDÊNCIA DA DATA DE SEU DESLIGAMENTO.

§ 1º - EM 30 (TRINTA) DIAS DA DATA DA COMUNICAÇÃO, OS SÓCIOS REMANESCENTES TÊM O DEVER DE RESPONDER POR ESCRITO AO SÓCIO RETIRANTE SE TÊM OU NÃO INTERESSE NA COMPRA DE SEUS HAVERES NA SOCIEDADE;

§ 2º - HAVENDO INTERESSE DOS SÓCIOS REMANESCENTES PARA A COMPRA DAS COTAS DO SÓCIO RETIRANTE DA SOCIEDADE, O VALOR SERÁ APURADO E PAGO NA FORMA E CONDIÇÕES FIXADAS NA CLÁUSULA 14ª. DESTE CONTRATO;

§ 3º - SOMENTE COM A RECUSA DOS SÓCIOS REMANESCENTES POR ESCRITO NO PRAZO LEGAL DA DATA DA OFERTA É QUE AS COTAS DO SÓCIO RETIRANTE PODEM SER OFERECIDAS A PESSOA ESTRANHA À SOCIEDADE;

§ 4º - O SÓCIO NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO, NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES, SEM O DEVIDO CONSENTIMENTO DOS DEMAIS SÓCIOS, EXPRESSO EM MODIFICAÇÃO CONTRATUAL.

CLÁUSULA XIII

INDISTINTAMENTE E PARA QUALQUER DOS MOTIVOS PARA A SAÍDA DE SÓCIOS DA SOCIEDADE, OS HAVERES DO SÓCIO RETIRANTE SERÃO APURADOS EM BALANÇO GERAL ESPECIAL, COM A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO, A SER LEVANTADO EM 30 (TRINTA) DIAS DA DATA DA COMUNICAÇÃO, CUJO VALOR APURADO SERÁ SOMADO COM O VALOR COMERCIAL SE FOR O CASO E PAGOS PELA SOCIEDADE OU PELO SÓCIO REMANESCENTE, EM 12 (DOZE) PARCELAS MENSAIS IGUAIS E SUCESSIVAS, COM JUROS DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, VENCENDO-SE A PRIMEIRA A 90 (NOVENTAS) DIAS DA DATA DA COMUNICAÇÃO E AS DEMAIS PARCELAS, NOS MESMOS DIAS DOS MESES SEGUINTE.

DISSOLUÇÃO, DESIMPEDIMENTO E DIVERGÊNCIA.

CLÁUSULA XIV

DISSOLVE-SE A SOCIEDADE QUANDO OCORRER QUALQUER UM DOS EVENTOS:



§ 1º - POR DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS, POR MAIORIA ABSOLUTA, NA SOCIEDADE DE PRAZO INDETERMINADO;

§ 2º - A FALTA DE PLURALIDADE DE SÓCIOS, NÃO RECONSTITUÍDA NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS.

CLÁUSULA XV

OS ADMINISTRADORES DECLARAM SOB AS PENAS DA LEI, QUE NÃO ESTÃO IMPEDIDOS DE EXERCEREM A ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE, POR LEI ESPECIAL, OU EM VIRTUDE DE CONDENAÇÃO CRIMINAL, OU POR SE ENCONTRAREM SOB OS EFEITOS DELA, A PENA QUE VEDE, AINDA QUE TEMPORARIAMENTE, O ACESSO A CARGOS PÚBLICOS; OU POR CRIME FALIMENTAR, DE PREVARICAÇÃO, PEITA OU SUBORNO, CONCUSSÃO, PECULATO, OU CONTRA A ECONOMIA POPULAR, CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, CONTRA NORMAS DE DEFESA DE CONCORRÊNCIA, CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO, FÉ PÚBLICA, OU A PROPRIEDADE (ART. 1011, CC/2002).

CLÁUSULA XVI

AS DIVERGÊNCIAS QUE EVENTUALMENTE OCORREREM ENTRE OS SÓCIOS NA INTERPRETAÇÃO DOS TERMOS E DOS CASOS OMISSOS NO PRESENTE INSTRUMENTO SERÃO RESOLVIDAS SOB O AMPARO LEGAL DA LEI Nº 1.406 E OUTROS INSTRUMENTOS VIGENTES, QUE REGEM A MATÉRIA.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA XVII

NOS CASOS DE PENHORA, ARRESTO OU SEQUESTRO DE COTAS, POR INICIATIVA DE TERCEIROS NÃO COTISTAS EM RAZÃO DE DÍVIDA DE SÓCIO COTISTA, TERÁ ESTE O PRAZO DE 3 (TRÊS) DIAS PARA SUBSTITUIR A PENHORA DAS COTAS CONSCRITAS. NÃO O FAZENDO, ENTENDER-SE-Á QUE TAIS COTAS TERIAM SIDO OFERTADAS À VENDA, PELO QUE OS DEMAIS SÓCIOS PODERÃO EXERCER SUA PREFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO DEPOSITANDO O EQUIVALENTE AO VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO QUE ELAS REPRESENTEM CONFORME ÚLTIMO BALANÇO. NESTA HIPÓTESE, A TRANSFERÊNCIA DAS COTAS SOCIAIS PARA O NOME DO COTISTA ADQUIRINTE DAR-SE-Á INDEPENDENTEMENTE DA ASSINATURA DO TRANSMITENTE.

CLÁUSULA XVIII

AS DECISÕES ADMINISTRATIVAS, BEM COMO MODIFICAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL QUE TENHA POR OBJETIVO A MATÉRIA INDICADA NO ART. 997 DA LEI Nº 10.406/2002, DEPENDEM DO CONSENTIMENTO DE TODOS OS SÓCIOS; AS DEMAIS PODEM SER DECIDIDAS POR MAIORIA ABSOLUTA DE VOTOS. QUALQUER MODIFICAÇÃO DO



IPIRANGA
SÃO PAULO - SP
400 PINTO
AUTORIZADO

CONTRATO SOCIAL SERÁ AVERBADA, CUMPRINDO-SE AS FORMALIDADES PREVISTAS NESTE CONTRATO, SOB AS PENAS DE NULIDADE.

E, POR ESTAREM ASSIM JUSTOS E CONTRATADOS, TODOS ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO, ELABORADO EM 3 (TRÊS) VIAS DE IGUAL TEOR E PARA O MESMO FIM, JUNTAMENTE COM 2 (DUAS) TESTEMUNHAS, SENDO A 1ª. (PRIMEIRA) VIA ARQUIVADA NO ÓRGÃO COMPETENTE E AS OUTRAS VIAS DEVOLVIDAS AS PARTES, DEPOIS DE ANOTADAS.

SÃO PAULO/SP, 19 DE FEVEREIRO DE 2016

18º SUBDISTRITO
IPIRANGA

SÓCIOS

MARCOS TOMITA

JORGE LUIS DA SILVA

ELIANE MORELATO TOMITA

Junta Comercial do
Estado de São Paulo
09 MAR. 2016

F. R. Sindícios - SP
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
PLANTA DE FORTIFICAÇÃO
SECRETARIA GERAL

85.607/16-2



JUCESP

Oficial de Registro Civil
das Pessoas Naturais
Ipiranga

Reconheço por semelhança as firmas de: MARCOS TOMITA, JORGE LUIS DA SILVA e
ELIANE MORELATO TOMITA, no documento com valor escóssito, do R\$

São Paulo, 07 de março de 2016.
Em Teste

NILTON PRADO PINTO - ESCRIVENTE (R\$ 3: total R\$ 24,45)

VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICACAO

TESTEMUNHAS:

CLEIDE RIBEIRO RAMOS
RG. Nº. 8135999-8- SSPSP

ARMANDO TADEU TERCI
RG Nº 19458305-3 SSPSP

